



# DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO - \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . .	Ano 2408
A 1.ª série . . .	908
A 2.ª série . . .	808
A 3.ª série . . .	808
Semestre . . . . .	1308
" . . . . .	483
" . . . . .	435
" . . . . .	438

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2500 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

### SUMÁRIO

#### Ministério das Finanças:

**Portaria n.º 10:511** — Habilita o Banco de Portugal a efectuar a amortização das notas de 100\$, chapa 2, ouro, para tal fim já recolhidas em depósito.

#### Ministério da Guerra:

**Decreto n.º 33:130** — Abre um crédito para reforço da verba descrita no artigo 670.º, capítulo 27.º, do orçamento do Ministério.

#### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

**Decreto-lei n.º 33:131** — Autoriza o Ministro, enquanto subsistirem as actuais condições de emergência, a enviar, com dispensa de quaisquer formalidades legais, técnicos do Ministério ou estranhos aos seus serviços, em missão especial de serviço, a qualquer ponto da metrópole e a fixar-lhes, por despacho, as respectivas remunerações, ajudas de custo e subsídios de marcha.

**Decreto-lei n.º 33:132** — Autoriza a 8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a entregar à Junta Autónoma de Estradas a totalidade das dotações que lhe foram atribuídas no capítulo 5.º e no artigo 171.º, capítulo 14.º, ambas do actual orçamento do Muiistério.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

#### Direcção Geral da Fazenda Pública

##### Repartição do Tesouro

##### Portaria n.º 10:511

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, que, a fim de habilitar o Banco de Portugal a efectuar, sem mais demoras prejudiciais a este serviço, a amortização das notas de 100\$, chapa 2,

ouro, para tal fim já recolhidas em depósito, bem como das de igual valor facial emitidas e a emitir que de futuro tenham de amortizar-se, se aplique o disposto na portaria n.º 5:165, de 17 de Janeiro de 1928, permanecendo em vigor apenas para as notas de valor facial superior a 100\$ o processo constante dos artigos 210.º e 211.º do regulamento administrativo do referido Banco.

Ministério das Finanças, 13 de Outubro de 1943.— Pelo Ministro das Finanças, Clóvis Luiz Supico Ribeiro Pinto, Sub-Secretário de Estado das Finanças.

### MINISTÉRIO DA GUERRA

#### 5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

##### Decreto n.º 33:130

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta o eu promulgo o seguinte:

**Artigo 1.º** É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Guerra, um crédito especial da quantia de 100:000.000\$ para reforço da verba descrita no artigo 670.º «Diversos encargos resultantes da guerra», capítulo 27.º, do orçamento vigente no segundo dos referidos Ministérios.

**Art. 2.º** Por contrapartida é adicionada a mesma importância à verba do artigo 260.º «Produto da venda de títulos ou de empréstimos com aplicação a despesas excepcionais derivadas da guerra, construções prisionais e estradas na Ilha da Madeira e nos Açores», capítulo 9.º, do orçamento geral das receitas do Estado para 1943.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Outubro de 1943. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.